

ANEXO 11

CADERNO DE PENALIDADES

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [·] PARA A CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA AQUAVIÁRIO DE TRANSPORTE DE VEÍCULOS E PASSAGEIROS DENOMINADO SISTEMA DE TRAVESSIAS.

ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO	3
2.	DISPOSIÇÕES GERAIS	3
3.	MULTA	4
4.	IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA DO ESTADO DE SÃO PAULO E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6
5.	PROCEDIMENTO	7
6.	VALORES DE MULTAS	9

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1. A aplicação das penalidades seguirá o regramento e os valores apresentados neste ANEXO, observadas as normas gerais da Cláusula Quadragésima Oitava do CONTRATO e na legislação aplicável.
- 1.2. O presente ANEXO, em complemento ao CONTRATO, objetiva regular as penalidades aplicáveis no âmbito da CONCESSÃO, tipificar as infrações contratuais e detalhar o procedimento administrativo de aplicação das penalidades contratuais, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 1.3. A aplicação das penalidades previstas neste ANEXO e seu cumprimento não prejudicam a aplicação de outras sanções previstas no EDITAL, no CONTRATO e demais ANEXOS, na legislação e na regulação pertinente, aos quais a CONCESSIONÁRIA se sujeita.
- 1.4. O item 6 deste ANEXO apresenta a Tabela I - Definições, que estabelece o valor das multas para penalidades pecuniárias por grupo, a Tabela II - Níveis de Classificação de Infrações, que estabelece os níveis de penalidades para as infrações e a TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES do item 7, que tipifica as infrações e as divide nas seguintes categorias: Serviços Correspondentes às Funções Operacionais (item 7.1), Serviços Correspondentes às Funções de Investimentos, Conservação e Manutenção (item 7.2), Obrigações Relativas a Aspectos Econômico-Financeiros (item 7.3), Obrigações Relativas a Assuntos Institucionais (item 7.4), descumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO indicados no ANEXO 03 ao CONTRATO (item 7.5) e Infração relativa à hipótese de caducidade prevista no CONTRATO.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 2.1. Nas hipóteses em que as infrações já estejam expressamente descritas e tipificadas na TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES, os níveis e grupos das penalidades respectivas já foram fixados de forma a guardar proporcionalidade à correlata infração.
 - 2.1.1. A divisão das penalidades em seções e subseções na TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES objetiva facilitar a aplicação de suas disposições, não impedindo que a Diretoria Notificante aplique penalidade prevista em seção de outra Diretoria.
 - 2.1.2. A data-base das Tabelas, constantes deste ANEXO é referente a [data-base], sendo que os valores das multas serão reajustados pelo IPCA/IBGE para o mês anterior ao pagamento dos valores devidos.
- 2.2. Nas hipóteses em que uma conduta corresponda a mais de uma infração, dentre as previstas neste ANEXO, será observado o princípio da especialidade, aplicando-se a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infração mais genérica relativa à mesma conduta
- 2.3. Nas infrações que comprovadamente decorram de força maior e/ou caso fortuito e/ou configurem inexigibilidade de conduta diversa, não será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA, desde que o evento alheio à culpa e responsabilidade da CONCESSIONÁRIA seja a razão direta e imediata da conduta infracional.

2.3.1. Se identificado que a infração teria ocorrido, ainda que hipoteticamente não se verificasse o evento de força maior e/ou caso fortuito, será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA.

2.3.2. Para os fins de aplicação das penalidades, considera-se:

i. Força maior e caso fortuito: o evento assim definido na forma da lei civil e que seja causa direta e imediata de uma infração no âmbito do CONTRATO;

ii. Inexigibilidade de conduta diversa: a situação que, apesar de configurar infração prevista no presente ANEXO ou no CONTRATO, não resulta de culpa da CONCESSIONÁRIA, que diligentemente adotou as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso, devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo.

2.4. Concomitantemente ao processo administrativo sancionatório para a aplicação das penalidades previstas na Tabela de Multas, nos casos em que os efeitos do descumprimento perdurem no tempo, a Diretoria Notificante da ARTESP, a seu critério, poderá conceder novo prazo para a correção das irregularidades verificadas pela fiscalização, além daquele previsto em cronograma, que seja tecnicamente compatível para a realização da obra ou serviço não executado.

2.4.1. O não cumprimento da obrigação dentro do novo prazo estipulado acarretará a cobrança de multa moratória à razão de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da penalidade aplicada, a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo estipulado até o cumprimento da obrigação. As multas moratórias, quando aplicadas, não poderão ultrapassar o valor da parcela da obrigação ainda não cumprida.

2.5. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver, instalar e manter, ao longo de todo o prazo da CONCESSÃO, sistema digital via web específico para gerenciamento das informações, dados e documentos relacionados às penalidades aplicadas pela ARTESP e respectivos procedimentos ou processos administrativos instaurados.

2.6.

2.6.1. A CONCESSIONÁRIA poderá fornecer aos FINANCIADORES, mediante solicitação, acesso ao sistema de que trata o item 5.

3. MULTA

3.1. Serão aplicadas multas em consequência de infrações praticadas pela CONCESSIONÁRIA às cláusulas contidas no CONTRATO e ANEXOS, de acordo com as regras previstas no presente ANEXO, observado o disposto na Cláusula Quadragésima Oitava do CONTRATO.

3.2. Na hipótese de descumprimento pela CONCESSIONÁRIA de qualquer obrigação prevista no EDITAL, no CONTRATO ou nos seus ANEXOS, para a qual não houver cominação de multa específica, esta será calculada usando como referência os valores previstos para infrações similares tipificadas na TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES, sempre respeitando os valores mínimos e máximos previstos neste ANEXO, garantindo-se a proporcionalidade entre a infração e a correspondente sanção, mediante observância dos seguintes critérios, quando cabíveis:

i. a natureza e a gravidade da infração;

- ii. a presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;
- iii. o dano resultante à ARTESP, ao PODER CONCEDENTE, ao SERVIÇO DELEGADO ou aos USUÁRIOS;
- iv. as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- v. a adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;
- vi. a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO;
- vii. os antecedentes da CONCESSIONÁRIA.

3.3. O valor-base da multa, definido na TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES ou através da sistemática do item 3.2, poderá ser aumentado ou reduzido, em razão da presença das circunstâncias agravantes e atenuantes. Observar-se-á, para os fins de aplicação das penalidades, além do presente ANEXO, o CONTRATO e demais ANEXOS.

3.3.1. É considerada circunstância atenuante:

- i. o reconhecimento do cometimento da infração objeto da apuração, bem como da sua responsabilidade, no âmbito do processo administrativo sancionatório:
 - a) no prazo para apresentação da defesa: redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa, desde que a CONCESSIONÁRIA, após o devido processo administrativo, pague espontaneamente a multa.
 - b) anteriormente à prolação de decisão condenatória em primeira instância: redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa, desde que a CONCESSIONÁRIA, após o devido processo administrativo, pague espontaneamente a multa.
 - c) Anteriormente à prolação de decisão condenatória em segunda instância: redução de 10% (dez por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa, desde que a CONCESSIONÁRIA, após o devido processo administrativo, pague espontaneamente a multa.

3.3.2. São consideradas circunstâncias agravantes:

- i. ter a infração sido cometida mediante fraude ou má-fé: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- ii. resultarem da infração danos irreversíveis, ao SERVIÇO DELEGADO e/ou aos USUÁRIOS: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa.

3.3.3. Não poderão ser reconhecidas, cumulativamente, as situações agravantes e atenuantes, prevalecendo as agravantes.

3.3.4. A eficácia das atenuantes previstas no item 3.3.1 submete-se à condição suspensiva correspondente ao pagamento espontâneo, pela CONCESSIONÁRIA, da multa calculada e aplicada ao final do devido processo administrativo. A superação do prazo estabelecido para a satisfação da multa, sem o seu incondicionado pagamento, importará na desconsideração da atenuante aplicada e na adoção das medidas legal ou contratualmente previstas para a cobrança da multa.

3.4. No caso de aplicação de multa, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar o pagamento em até 30 (trinta) dias corridos contados da decisão administrativa definitiva, devendo o comprovante de pagamento ser apresentado nos autos do processo administrativo sancionatório no mesmo prazo. A não apresentação do comprovante de pagamento acarretará a reclamação de sinistro em face da seguradora, sem que outras providências sejam necessárias.

3.4.1. A CONCESSIONÁRIA tem plena ciência de que a ARTESP poderá levar ao conhecimento da respectiva seguradora a abertura de processo administrativo sancionatório, no intuito de assegurar seu eventual direito à indenização, respeitados os direitos ao contraditório e à ampla defesa.

3.4.2. O não pagamento de multa eventualmente aplicada à CONCESSIONÁRIA, no prazo estipulado neste ANEXO, importará na incidência automática de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e na correspondente correção monetária pelo IPCA/IBGE, pro rata die, a contar da data do respectivo vencimento e até a data do efetivo pagamento. As penalidades pecuniárias eventualmente aplicadas à CONCESSIONÁRIA deverão ser recolhidas na forma da regulamentação vigente, sem prejuízo da inscrição do débito inadimplido no CADIN estadual e na Dívida Ativa.

3.4.3. O não recolhimento de qualquer multa devida, nos termos e prazo fixados, caracterizará falta grave, ensejando a execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO, nos termos da Cláusula Trigésima Segunda, sem que outras providências sejam necessárias.

4. IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA DO ESTADO DE SÃO PAULO E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

4.1. O impedimento de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderão ser aplicadas, respeitadas as regras legais de competência, no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, bem como no caso de infrações que causem grave lesão ao interesse público, além das situações previstas na legislação e nas normas aplicáveis, destacando-se aquelas previstas no artigo 156, §§s 4º e 5º, da Lei nº 14.133/2021, quando conduzirem à decretação da caducidade da CONCESSÃO, considerando-se, ainda, as seguintes circunstâncias, com vistas à garantia dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade:

i. a natureza e a gravidade da infração;

ii. a presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;

iii. o dano resultante à ARTESP, ao PODER CONCEDENTE, ao SERVIÇO DELEGADO ou aos USUÁRIOS;

iv. as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;

v. a adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;

vi. a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO;

vii. os antecedentes da CONCESSIONÁRIA.

4.2. A penalidade de impedimento de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo será aplicada por prazo não superior a 3 (três) anos.

4.3. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA será aplicada pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

4.3.1. A reabilitação deverá ser requerida perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente: (i) reparação integral do dano causado à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; (ii) pagamento de multa; (iii) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade; (iv) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; e (v) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos elencados neste subitem.

5. PROCEDIMENTO

5.1. A apuração das infrações, aplicação das penalidades ou de quaisquer outras medidas restritivas de direitos previstas no CONTRATO serão precedidas de processos administrativos, nos termos da legislação aplicável, bem como seguirão o regramento estabelecido no presente ANEXO, sem prejuízo da aplicação do CONTRATO e demais ANEXOS, quando cabível, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.1.1. O processo de aplicação das penalidades terá início com a notificação da CONCESSIONÁRIA, devidamente instruída, quando for o caso, com cópia de documento que conste a descrição da irregularidade, assinalando-se prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de defesa prévia e indicação das provas que pretende produzir.

5.1.2. Eventuais erros de enquadramento ou de indicação da penalidade cabível pelo agente fiscalizador poderão ser sanados no âmbito do processo administrativo sancionatório, sendo devolvido o prazo de defesa da CONCESSIONÁRIA, caso do saneamento resulte alguma nova informação de natureza fática.

5.2. É possível a reunião, em um mesmo processo administrativo sancionatório, de casos conexos envolvendo infrações de idêntica tipificação, caso em que a eventual aplicação de penalidade

considerará o número de infrações cometidas.

5.2.1. Na hipótese de cumulação de infrações com idêntica tipificação em um mesmo processo administrativo sancionatório, a verificação das circunstâncias atenuantes e agravantes previstas neste ANEXO, caso alegadas em defesa prévia por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada separadamente por infração.

5.2.2. Constatada a ocorrência de circunstâncias atenuantes e/ou agravantes para apenas uma ou parte das infrações apuradas, a ARTESP poderá aplicar as penalidades separadamente.

5.3. Se a GARANTIA DE EXECUÇÃO vigente for na modalidade de seguro-garantia, o PODER CONCEDENTE poderá, a seu critério, levar ao conhecimento da seguradora a abertura de processo administrativo sancionatório.

5.4. Citada mediante recibo ou por meio eletrônico, caberá à CONCESSIONÁRIA a apresentação de defesa no prazo previsto no item 5.1.1, instruindo-a com os elementos probatórios que julgar convenientes.

5.4.1. Somente será apreciado pedido da CONCESSIONÁRIA de produção de provas, caso a CONCESSIONÁRIA, em sua defesa, indique especificamente quais provas pretende produzir, sua finalidade, e a justificativa para a dilação probatória.

5.5. Não acolhidas as razões apresentadas pela CONCESSIONÁRIA, ou transcorrido o prazo legal sem apresentação de defesa, e concluindo-se pela ocorrência de infração contratual, será aplicada a sanção cabível, intimando-se a CONCESSIONÁRIA.

5.5.1. A intimação sobre a aplicação de penalidades será realizada por meio de notificação escrita, mediante recibo ou enviada eletronicamente.

5.5.2. A CONCESSIONÁRIA deverá manter atualizado junto à ARTESP o endereço eletrônico pelo qual receberá quaisquer citações, notificações, intimações ou comunicações relativas ao presente CONTRATO, adotando-se como termo inicial para a contagem de prazos o dia útil imediatamente subsequente ao envio da comunicação eletrônica.

5.6. Na hipótese de eventual penalidade aplicada pela ARTESP, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da intimação pela CONCESSIONÁRIA, uma única vez, diretamente à autoridade hierarquicamente superior, no âmbito da ARTESP, à que prolatou a decisão, observado o disposto nos artigos 40 e 47, §2º, ambos da Lei Estadual nº 10.177/1998.

5.6.1. O prazo previsto no item 5.6, acima, aplica-se aos pedidos de reconsideração, passíveis de apresentação uma única vez, e exclusivamente nas hipóteses previstas no artigo 42, da Lei Estadual nº 10.177/1998.

5.6.2. Os pedidos de reconsideração serão apresentados, exclusivamente, nas hipóteses de decisões tomadas originalmente pelo Conselho Diretor da ARTESP, não os sendo admissíveis em caso de apresentação em face de decisões em processos sancionatórios nos quais a decisão do Conselho Diretor se deu apenas em grau de recurso de aplicação da penalidade pela Diretoria.

5.7. O cumprimento das penalidades impostas pela ARTESP não exime a CONCESSIONÁRIA do

fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades previstas neste CONTRATO e ANEXOS, bem como da reparação de eventuais perdas e danos causados à ARTESP e ao PODER CONCEDENTE, aos seus empregados, aos USUÁRIOS ou a terceiros, em decorrência das atividades relacionadas com a CONCESSÃO.

5.8. Salvo disposição específica, os prazos serão contados consecutivamente excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, sendo que o vencimento do prazo em dia em que não houver expediente no órgão fiscalizador acarretará sua prorrogação para o primeiro dia útil subsequente.

5.8.1. Salvo nos casos expressamente previstos no CONTRATO, só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente no órgão ou entidade.

5.8.2. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se, no dia do vencimento, o expediente for encerrado antes do horário normal.

5.8.3. Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto.

6. VALORES DE MULTAS

Tabela I
Definições dos Grupos (data-base)

Grupos	Valores de Multas
I	[•]
II	[•]
III	[•]
IV	[•]
V	[•]

Tabela II
Níveis de Classificação das Penalidades

Nível	Classificação das Penalidades
A	5%
B	10%
C	30%
D	50%
E	75%
F	100%

7. TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES

ITEM	INFRAÇÃO	GRUPO	NÍVEL	CLASSIFICAÇÃO
7.1. Serviços correspondentes às Funções Operacionais				
a. Implantação				
1	Não implantar os Sistemas de acordo com prazos e etapas dos cronogramas estabelecidos e em conformidade com o CONTRATO e ANEXOS.	IV	D	Por infração

2	Não manter plenamente operantes os Sistemas em conformidade com o CONTRATO e ANEXOS.	I	A	Diária
a.1. Sistema de Controle de Arrecadação				
3	Deixar de implementar ou de manter em plenas condições de operação o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO.	II	B	Diária
4	Manter SISTEMA DE ARRECADAÇÃO e demais sistemas integrantes com operacionalidade inferior a 100%. (Infração caracterizada por ÁREA DE ARRECADAÇÃO ou por sistema).	II	B	Por hora
5	Desenvolver atividades de validação das informações do sistema de controle de arrecadação fora das dependências físicas do SISTEMA concedido, de acordo com o CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.	V	F	Por infração
6	Não atender a padronização de todos os requisitos do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO definidos pela ARTESP.	II	B	Diária
7	Deixar de realizar a devida cobrança de TARIFA ou cobrar a TARIFA em desacordo com o CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES	V	F	Por hora
a.2. Sistema de Comunicação com o Usuário				
8	Deixar de implementar ou de manter plenamente disponíveis aos USUÁRIOS os SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO previstos no ANEXO 3.	I	A	Diária
9	Deixar de implementar ou de manter em plenas condições de operação o Sistema de Painéis de Mensagens Variáveis – PMV, no ANEXO 3.	I	A	Diária, por TERMINAL
10	Deixar de exibir, em locais de fácil acesso, nas embarcações, nos edifícios de apoio, terminais e nos Painéis de Mensagem Variável – PMV's, os meios/canais de encaminhamento de reclamações à CONCESSIONÁRIA e à ARTESP, divulgando as formas de contato.	I	A	Por infração
11	Empregar elementos de divulgação contendo informações que possam induzir o público ao erro.	II	B	Por infração
a.3. Sistema de Monitoração				
12	Deixar de implementar ou de manter em plenas condições de operação os Sistemas de Monitoração por Circuito Fechado de Televisão (CFTV).	I	A	Diária
13	Deixar de implementar ou de manter em plenas condições de operação o Sistema de Informações previsto no ANEXO 3.	I	A	Diária
b. Operação				
b.1. Operação do Sistema de Travessias				
14	Não disponibilizar recursos materiais necessários para operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS, nos termos do ANEXO 3.	IV	D	Por infração
15	Não disponibilizar recursos humanos para o atendimento presencial no horário de funcionamento das TRAVESSIAS.	I	A	Por infração
16	Deixar de atender usuário com hora marcada.	I	A	Por infração

17	Ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) de hora marcada, em relação a capacidade da embarcação por travessia.	IV	D	Por infração
18	Cumulação indevida de funções/atividades exercidas pelos colaboradores da CONCESSIONÁRIA, em desacordo com o CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.	II	B	Por infração
19	Não apresentar Manual Operacional à ARTESP, nos termos do ANEXO 3.	IV	D	Por infração
20	Não manter atualizados os Manuais Operacionais descritos no ANEXO 3.	I	A	Por infração
21	Manter EMBARCAÇÕES inoperantes por falta de tripulação.	IV	D	Por infração
22	Não manter nos TERMINAIS, bem como nos veículos de comunicação online, a tabela de horários e o quadro de preços das TARIFAS.	II	B	Por infração
23	Utilizar o espaço das EMBARCAÇÕES reservado ao transporte de pedestres, ciclistas ou passageiros, total ou parcialmente, para outros fins.	III	C	Diária
24	Cobrar, a qualquer título, importância não prevista ou não permitida nas normas legais ou regulamentares aplicáveis.	IV	D	Por infração
25	Deixar de conceder os benefícios e gratuidades previstos ou recusar o embarque de gratuidade previstas, sem motivo.	IV	D	Por infração
26	Não prestar imediata e adequada assistência aos USUÁRIOS, às tripulações e aos prepostos, em caso de sinistro.	V	F	Por infração
27	Não cumprir definição e/ou procedimento previstos em especificação técnica emitida pela ARTESP que não afete a operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS.	I	A	Por infração
28	Não cumprir definição e/ou procedimento previstos em especificação técnica emitida pela ARTESP que afete a operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS.	IV	D	Por infração
29	Não entrega dos pares de usuário e senha à ARTESP dos sistemas previstos, nos termos e prazos estabelecidos em CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.	I	A	Por Sistema
b.2. Operação do Centro de Controle Operacional – CCO				
30	Não fornecer ou fornecer de forma inadequada, informações aos USUÁRIOS, por meio de equipamentos disponíveis no SISTEMA DE TRAVESSIAS e interligados ao CCO em tempo real.	IV	D	Por infração
31	Coordenar eventos extraordinários, por meio do CCO, que envolvam operações especiais de qualquer natureza no SISTEMA DE TRAVESSIAS, em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas pela ARTESP.	IV	D	Por infração

32	Não disponibilizar no CCO banco de dados com informações operacionais “online” e “real time” do SISTEMA DE TRAVESSIAS, incluindo sistemas de atendimento aos USUÁRIOS, fiscalização e conservação.	IV	D	Por infração
33	Não disponibilizar no CCO os Manuais Operacionais referidos no ANEXO 3, de acordo com prazos e etapas dos cronogramas estabelecidos e em conformidade com o CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.	IV	D	Por infração
34	Não atualizar, melhorar, adequar, operar e manter o CCO e sua interligação com os respectivos equipamentos, de acordo com prazos e etapas dos cronogramas estabelecidos e em conformidade com o CONTRATO e ANEXOS.	I	A	Diária

b.3. Serviços de suporte para fiscalização e para autuação de infratores

35	Não oferecer os recursos materiais necessários ao suporte à fiscalização, tais como os necessários para análise técnica para autorizações de eventos no SISTEMA TRAVESSIAS, transporte de cargas excepcionais, produtos perigosos e/ou explosivos e fornecimento de recursos materiais ao policiamento de trânsito para auxílio na organização de fila para a EMBARCAÇÃO, de acordo com prazos e etapas dos cronogramas estabelecidos e em conformidade com o CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.	IV	D	Por infração
----	---	----	---	--------------

b.4. Atendimento ao envio de informações e às recomendações da Fiscalização

36	Não atender as recomendações sobre Sistemas/Equipamentos efetuadas pela ARTESP, com base em fiscalizações realizadas em campo ou através de equipamentos e sistemas, dentro do prazo pré-estabelecido, desde que tenham sido previamente discutidas com a CONCESSIONÁRIA e se enquadrem nos termos estabelecidos no CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.	IV	D	Por infração
37	Não disponibilizar informações verossímeis ou corretas, demonstrativos e/ou relatórios, no prazo exigido, que permitam o acompanhamento de dados referentes aos serviços correspondentes às funções operacionais, conforme estabelecido em CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.	IV	E	Por infração
38	Não enviar relatórios e/ou informações necessárias para a apuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nas condições e prazos estabelecidos no CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.	IV	E	Por infração
39	Disponibilizar relatórios e/ou informações inverídicas ou incorretas para a apuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nas condições e prazos estabelecidos no CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.	IV	E	Por infração

40	Não permitir o livre acesso aos agentes encarregados da fiscalização, em qualquer época, a qualquer área ou bem que compõe o SISTEMA DE TRAVESSIAS.	II	B	Por infração
41	Praticar atos de desobediência ou oposição à ação da fiscalização.	II	B	Diária
42	Não disponibilizar acesso ao banco de dados do sistema de telefonia tipo 0800 nos termos e prazos estabelecidos em CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.	III	C	Por infração
43	Não envio das informações previstas no Sistema de Informações nos termos e prazos estabelecidos em CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.	II	B	Por infração
b.5. Diretrizes				
44	Não cumprir as solicitações, planejamento, diretrizes, normas, instruções de projeto, especificações, padrões, regulamentos, índices e parâmetros de acordo com prazos e etapas dos cronogramas estabelecidos e em conformidade com o CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.	IV	E	Por infração
45	Não apresentar, no prazo estabelecido pela ARTESP, informações adicionais ou complementares, sem que impliquem ônus adicionais significativos para a CONCESSIONÁRIA.	II	B	Por infração
c. Manutenção				
46	Não executar continuamente a conservação preventiva e a conservação corretiva nos TERMINAIS de maneira a mantê-los em plenas condições de operação, nos termos estabelecidos no ANEXO 3.	III	C	Por infração
47	Manter EMBARCAÇÕES descaracterizadas, com caracterização desgastadas, não identificadas ou em mau estado de conservação, que comprometa a prestação adequada dos serviços ou em desconformidade com as normas de navegação.	III	C	Por EMBARCAÇÃO
48	Manter equipamentos ou materiais de operação, salvatagem ou sinalização aquaviária das EMBARCAÇÕES desatualizados ou em mau estado de conservação.	III	C	Por EMBARCAÇÃO
49	Sistema de Radiofonia (Estações Fixas, Móveis e Portáteis) inoperante por período contínuo maior que 24 horas.	IV	D	Por equipamento
50	Sistema de Radiofonia (Estações Repetidoras) inoperante por período contínuo maior que 24 horas.	IV	E	Por estação
51	Não atender integralmente e simultaneamente a todos os requisitos estabelecidos contratualmente para o Sistema de Radiofonia.	IV	D	Por infração
52	Não informar à ARTESP, em até 2 (duas) horas, falha de equipamento, sistema ou funcionalidade que comprometa a operacionalidade do sistema de transmissão de dados.	III	C	Por equipamento, sistema ou funcionalidade

53	Equipamento ou Funcionalidade do Sistema de Transmissão de Dados permanecer inoperante por período contínuo maior que 24 horas.	IV	E	Por equipamento ou funcionalidade
54	Não atender integralmente e simultaneamente a todos os requisitos estabelecidos contratualmente para o Sistema de Transmissão de Dados	IV	D	Por infração
55	Não informar à ARTESP, em até 2 (duas) horas, sobre alterações ou falhas em equipamentos e/ou sistemas do CCO.	III	C	Por equipamento ou sistema
56	Equipamento ou funcionalidade do CCO inoperante por período contínuo.	III	C	Inoperância por período de 48 horas
57	Painel de Mensagem Variável, do tipo fixo, inoperante por período contínuo (por equipamento).	III	C	Inoperância por período de 48 horas
58	Painel de Mensagem Variável, do tipo móvel, inoperante por período contínuo maior que 48 horas.	III	C	Por equipamento
59	Não atender integralmente e simultaneamente a todos os requisitos estabelecidos contratualmente para o Sistema de Painéis de Mensagens Variáveis.	IV	D	Por infração
60	Manter inoperante Sistema de Monitoramento e Geoposicionamento de Balsas Operacionais ou embarcação de transporte de passageiros.	II	B	Por EMBARCAÇÃO

d. Gerência de Sinalização e Segurança

61	Não implantar o Programa de Redução de Acidentes (PRA).	III	C	Por infração
62	Não atender as recomendações efetuadas pela ARTESP, com base em auditorias de segurança, dentro do prazo preestabelecido, desde que tenham sido previamente discutidas com a CONCESSIONÁRIA e se enquadrem nos prazos e etapas dos cronogramas estabelecidos e em conformidade com o CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.	IV	D	Por infração
63	Não repor ou não substituir, nos termos e prazos estabelecidos em CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, placa de sinalização de regulamentação e/ou de advertência e/ou dispositivos de sinalização de alerta.	IV	D	Por infração
64	Não cumprimento das diretrizes, normas, especificações, regulamentos, índices e parâmetros estipulados em CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.	IV	D	Por infração
65	Não comunicar previamente à ARTESP Campanhas Educativas e/ou Ações realizadas junto aos USUÁRIOS.	II	B	Por infração
66	Não entregar a Programação Operacional no prazo estabelecido.	III	C	Diária
67	Não entregar as revisões do Programa Operacional no prazo estabelecido (Infração caracterizada por revisão).	III	C	Diária

7.2. Serviços correspondentes às Funções de Investimentos, Conservação e Manutenção

a. Implantação e execução

68	Deixar de corrigir o PLANO DE INVESTIMENTOS mediante solicitação da ARTESP.	I	A	Diária
69	Deixar de realizar os INVESTIMENTOS nos termos determinados no ANEXO 3 e do PLANO DE INVESTIMENTOS, incluindo o cumprimento do cronograma e condições da substituição das EMBARCAÇÕES, por INVESTIMENTO não realizado.	IV	E	Mensal, por investimento não realizado
70	Não cumprir PI para itens que não interferem na operacionalidade do sistema.	I	A	Diária
71	Não cumprir PI em caso de não implantação de itens contratuais.	IV	E	Mensal
72	Não concluir ou concluir com atraso a implantação das obras, conforme Cronograma Físico-Executivo vigente, respeitados os marcos e etapas que o constituem.	V	F	Por obra
73	Não executar obra de acordo com os projetos aprovados pela ARTESP.	V	F	Por infração
b. Diretrizes				
74	Não cumprir as solicitações, diretrizes, normas, instruções de projeto, especificações, padrões, regulamentos, índices e parâmetros de acordo com prazos e etapas dos cronogramas estabelecidos e em conformidade com o CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.	V	F	Por infração
75	Não apresentar, no prazo estabelecido pela ARTESP, informações adicionais ou complementares solicitadas.	II	B	Por infração
c. Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho				
76	Deixar de elaborar ou de apresentar à ARTESP requisitos ambientais nos termos do CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.	IV	D	Diária
77	Deixar de cumprir exigências estabelecidas nas licenças ambientais e de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.	IV	E	Por infração
78	Deixar de obter ou de manter vigentes as Licenças Ambientais exigidas pela legislação ambiental para a preparação, instalação e operação do SERVIÇO DELEGADO.	IV	E	Por infração
79	Não manter a devida uniformização ou identificação de pessoal da CONCESSIONÁRIA ou terceirizados, cuja atividade que exerça seja em contato permanente com o público.	I	A	Por infração
80	Não manter a devida equipagem com EPIs de pessoal da CONCESSIONÁRIA ou terceirizados, cuja atividade que exerça demande equipamentos de segurança.	II	B	Por infração
81	Não implantar Plano de Gestão Ambiental de Obras e Saúde e Segurança do Trabalho e/ou a Supervisão Ambiental de Obras.	III	C	Por infração
82	Deixar de manter ou de exigir que seus contratados mantenham a regularidade perante os Conselhos profissionais e demais entidades de fiscalização competentes.	II	B	Diária

83	Deixar de apresentar à ARTESP o Programa de Treinamento previsto no ANEXO 3.	II	B	Por infração
84	Descumprir as obrigações tributárias e trabalhistas decorrentes de sua atividade.	II	B	Mensal
d. Limpeza				
85	Não remover e dispor em local ambientalmente adequado resíduos das instalações operacionais e de suporte, nos termos e prazos estabelecidos em CONTRATO e ANEXOS.	IV	E	Por não conformidade
86	Não remover lixo, resíduos sólidos, entulho ou restos vegetais (p. ex. galho, tronco etc.) das vias de acesso aos TERMINAIS.	I	A	Por não conformidade
87	Não manter rotina de limpeza nas dependências qualquer edificação do SISTEMA DE TRAVESSIAS bem como nas EMBARCAÇÕES.	I	A	Por infração
88	Empreender viagem com embarcações em condições inadequadas de higiene e/ou deixar de higienizar as instalações dos edifícios de apoio e terminais.	I	A	Por infração
e. Pichação				
89	Não remover pichações ou revitalizar atos de vandalismo em 5 (cinco) dias úteis.	II	B	Por infração
f. Iluminação				
90	Não substituir, repor ou reparar lâmpada apagada, em mau funcionamento, queimada ou ausente em 5 (cinco) dias úteis.	I	A	Por infração
g. Estrutura				
91	Deixar de apresentar anualmente à ARTESP a Programação Operacional, nos termos do ANEXO 3.	IV	D	Mensal
92	Deixar de apresentar à ARTESP o Programa Anual de Serviços de Conservação (PSC) nos termos do ANEXO 3.	I	A	Diária
93	Deixar de realizar atividade de Conservação de Emergência nos termos do ANEXO 3.	II	B	Diária
94	Não realizar ou realizar parcialmente os reparos e/ou não regularizar desconformidade, quando e na forma determinada pela ARTESP, nos termos do CONTRATO e seus ANEXOS.	V	F	Por infração
7.3. Obrigações Relativas a Aspectos Econômico-Financeiros				
a. Não prestar todas as informações solicitadas pela ARTESP				
95	Não apresentar, até o 25º dia de cada mês, planilhas mensais e balancetes contábeis relativos aos itens abaixo descritos, nos termos exigidos e conforme modelos disponibilizados pela ARTESP: i. Impostos, taxas e tributos; ii. Despesas Operacionais; iii. Outras receitas operacionais e não operacionais; iv. Receitas Financeiras; v. Despesas Financeiras; vi. Intangíveis/Investimentos; vii. Imobilizado/Investimentos; viii. Depreciação/Amortização (intangível); ix. Capital Social; x. Financiamentos (capital de terceiros);	III	C	Por infração

	xi. Demonstrativo de resultado sem financiamento; xii. Demonstrativo de resultado com financiamento; xiii. Fluxo de caixa sem financiamento (dados econômicos); xiv. Fluxo de caixa com financiamento (dados econômicos); xv. Fluxo de Caixa Indireto (Dados Econômicos).			
96	Não apresentar, até o 5º dia útil de cada mês, Relatório de arrecadação correspondente à 2ª quinzena do mês anterior, nos termos exigidos e conforme modelo de documento disponibilizado pela ARTESP.	III	C	Por infração
97	Não apresentar, até o 15º dia de cada mês, Relatório Financeiro (informações detalhadas), nos termos exigidos e conforme modelo de documento disponibilizado pela ARTESP.	III	C	Por infração
98	Não apresentar, até o 20º dia de cada mês, Relatório de arrecadação correspondente à 1ª quinzena do mês, nos termos exigidos ARTESP e conforme modelo de documento disponibilizado pela ARTESP.	III	C	Por infração
99	Deixar ou se omitir de manter a ARTESP informada sobre toda e qualquer ocorrência em desconformidade com a operação adequada dos serviços objeto deste CONTRATO, assim considerado o não atendimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO ou eventual descumprimento de norma regulamentar prevista no CONTRATO.	II	B	Por infração
100	Deixar de informar, imediatamente, à ARTESP quando citada ou intimada em qualquer ação judicial ou procedimento administrativo de que possa resultar na responsabilidade da ARTESP, inclusive sobre termos e prazos processuais.	II	B	Por infração
101	Deixar de apresentar à ARTESP balancetes mensais de fechamento devidamente assinado por contador, quando solicitados e dentro do prazo determinado pela ARTESP.	II	B	Mensal
102	Não divulgar informações financeiras e contábeis na forma prevista na legislação em vigor.	II	B	Por infração
103	Deixar de apresentar à ARTESP, no prazo definido no CONTRATO, as demonstrações contábeis devidamente auditadas por empresa de auditoria independente.	II	B	Por infração
104	Deixar de dar conhecimento à ARTESP das condições do financiamento e dos instrumentos jurídicos que assegurem a execução do objeto deste CONTRATO.	IV	D	Diária
105	Deixar de dar conhecimento à ARTESP das alterações das condições do financiamento referido no item anterior, assim como da contratação de qualquer novo financiamento ou dívida que possa ser considerado para efeito de cálculo da indenização devida no caso de extinção deste CONTRATO.	IV	D	Diária
106	Não apresentar, no prazo estabelecido pelo PODER CONCEDENTE respostas a correspondências (cartas, circulares e, e-mail), informações adicionais ou complementares.	II	B	Por infração

107	Não apresentar até 30 de abril de cada ano demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior, incluindo relatório da Administração, Balanço Anual, Demonstração de Resultados, Quadros de Origem e Aplicação de Recursos, notas de balanço, parecer dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal, se permanente ou se instalado no respectivo exercício social e relação dos bens patrimoniais, nos termos exigidos pela ARTESP.	V	F	Por infração
108	Não apresentar até 31 de agosto de cada ano Relatório Auditado da situação contábil incluindo balanço, demonstração de resultados correspondentes ao semestre encerrado em 30/06, nos termos exigidos pela ARTESP.	V	F	Por infração
109	Não apresentar até 31 de março e 30 de setembro informação atualizada das projeções financeiras da CONCESSÃO, considerando os resultados reais obtidos desde o início da CONCESSÃO até o semestre anterior e os resultados projetados até o fim do prazo de CONCESSÃO, utilizando os mesmos modelos e critérios aplicados para a elaboração das projeções financeiras integrantes na proposta, nos termos exigidos pela ARTESP.	V	F	Por infração
110	Não apresentar, no prazo estabelecido pela ARTESP, informações adicionais ou complementares que esta, razoavelmente e sem que implique ônus adicional significativo para a CONCESSIONÁRIA, venha formalmente solicitar.	II	B	Por solicitação
111	Não celebrar ou não manter em vigor o CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA ou fazê-lo em condições substancialmente distintas daquelas constantes do Anexo 19 sem anuência prévia do Poder Concedente ou da ARTESP.	II	B	Diária
b. Seguros				
112	Não contratar, renovar ou manter em vigor apólices de seguro nos termos definidos no CONTRATO.	I	A	Diária, por Seguro
113	Não entregar certificados ou novas apólices de seguros, se houver, com os valores exigidos em CONTRATO, no prazo de vencimento da apólice anterior.	V	F	Por certificado ou apólice não entregue
c. Garantias				
114	Não renovar ou manter em vigor a garantia contratual nos termos definidos no CONTRATO.	IV	D	Diária
115	Não entregar cartas de fiança, títulos da dívida pública, certificados ou novas apólices de seguros, se houver, com os valores exigidos em CONTRATO, no prazo de vencimento da apólice anterior.	V	F	Por carta de fiança, título da dívida pública, certificado ou apólice não entregue
d. Base Tarifária				
116	Cobrar TARIFAS sem homologação ou em valores distintos dos fixados em CONTRATO e ANEXOS.	V	F	Por TRAVESSIA
117	Deixar de viabilizar meios de aquisição de BILHETES sem justificativa.	IV	D	Por infração

118	Emitir BILHETE em desacordo com as normas vigentes ou disposições do CONTRATO e ANEXOS.	II	B	Por infração
119	Deixar de divulgar, ou divulgar fora do prazo estabelecido as alterações operacionais e eventuais alterações no preço das TARIFAS.	II	B	Por infração
120	Deixar de informar à população e aos USUÁRIOS, quando solicitado pelo PODER CONCEDENTE, sempre que houver alteração da TARIFA, o seu novo valor e a data de vigência.	I	A	Por infração, por TERMINAL
121	Auferir RECEITAS ACESSÓRIAS autorizadas no CONTRATO sem notificação prévia à ARTESP.	I	A	Mensal
122	Explorar RECEITAS ACESSÓRIAS em desacordo com as regras do CONTRATO.	III	C	Mensal
123	Auferir RECEITAS ACESSÓRIAS não previamente autorizadas no CONTRATO sem a anuência prévia da ARTESP.	III	C	Mensal
124	Realizar exploração de fontes alternativas e complementares de RECEITAS ACESSÓRIAS que possam comprometer a segurança da operação e os INDICADORES DE DESEMPENHO do SERVIÇO DELEGADO.	IV	D	Mensal

7.4. Obrigações relativas a Assuntos Institucionais

a. Bens da Concessão

125	Não manter devidamente atualizado o Inventário de BENS REVERSÍVEIS.	IV	E	Anual
126	Alienar, constituir ônus de qualquer natureza ou transferir a terceiros a qualquer título os BENS REVERSÍVEIS, sem a anuência prévia do PODER CONCEDENTE nos termos do CONTRATO.	III	C	Por BEM REVERSÍVEL, por mês
127	Deixar de mencionar, expressamente, nos negócios jurídicos da CONCESSIONÁRIA que envolvam os BENS REVERSÍVEIS, a vinculação desses à CONCESSÃO.	I	A	Por BEM REVERSÍVEL, por mês
128	Utilizar ou disponibilizar, a qualquer título, os BENS REVERSÍVEIS fora das hipóteses previstas no CONTRATO.	IV	D	Por BEM REVERSÍVEL, por mês
129	Deixar de reverter os BENS REVERSÍVEIS, bem como todos os direitos e privilégios vinculados, quando extinta a CONCESSÃO.	V	F	Por BEM REVERSÍVEL, por mês
130	Deixar de transferir, ao PODER CONCEDENTE ou a quem este indicar, ao final da CONCESSÃO, independentemente da sua causa, todos os BENS REVERSÍVEIS e a operação do SERVIÇO DELEGADO em perfeito estado de conservação e funcionamento.	IV	E	Por BEM REVERSÍVEL, por mês
131	Deixar de cumprir ou observar as obrigações procedimentais para reversão previstas.	I	A	Por infração
132	Descumprir, por ação ou omissão, as obrigações relativas à transição previstas no CONTRATO ou criar embaraços, dificuldades ou gravames à assunção dos serviços pelo CONCEDENTE ou pela SUCESSORA.	IV	D	Por infração

133	Não adotar as providências cabíveis relativas à ocupação indevida, edificações não autorizadas, publicidade vedada em lei e presença de vendedores ambulantes.	IV	D	Por infração
b. Atos Societários				
134	Não concluir o processo de integralização do capital social exigido após a subscrição nos termos do CONTRATO.	IV	D	Diária
135	Não manter as condições de habilitação técnica, jurídica, fiscal e/ou econômico-financeira apresentadas na licitação.	IV	D	Mensal
136	Não submeter à prévia e expressa autorização da ARTESP a prática dos atos indicados no CONTRATO como dependentes de anuência prévia da ARTESP ou praticá-los em desacordo com a autorização concedida.	IV	E	Por infração
137	Não informar a prática de atos que dependem de comunicação à ARTESP, em até 05 (cinco) dias depois da consumação do ato, conforme estabelecido no CONTRATO e ANEXOS.	III	C	Por infração
138	Proceder à redução do capital social ou adquirir suas próprias ações, durante todo o prazo da CONCESSÃO, sem a prévia e expressa autorização da ARTESP.	V	F	Por infração
139	Alterar a estrutura, alienar quotas da CONCESSIONÁRIA ou praticar qualquer conduta similar de modo que resulte alteração efetiva do seu controle acionário ou do poder de direção sem anuência prévia da ARTESP, exceto assunção temporária pelos financiadores.	V	F	Por infração
140	Realizar, sem previa anuência da ARTESP: (i) acordo de acionistas, (ii) emissão de títulos e valores mobiliários conversíveis em ações, ou (iii) instituição de garantias e direitos a terceiros sobre ações.	V	F	Por infração
141	Constituir como garantia dos financiamentos contratados, os direitos emergentes da exploração do SISTEMA TRAVESSIAS, sem prévia e expressa autorização da ARTESP ou em desacordo com a autorização concedida.	V	F	Por infração
142	Constituir como garantia dos financiamentos contratados ou como contragarantia de operações vinculadas ao cumprimento das obrigações decorrentes do CONTRATO as ações correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA, sem prévia e expressa autorização da ARTESP, ou em desacordo com a autorização concedida.	V	F	Por infração
143	Manter garantias e direitos a terceiros sobre ações sem previa anuência da ARTESP.	II	B	Mensal, por garantia
c. Assunção do serviço/transferência da posse dos bens públicos necessários à execução dos serviços				
144	Descumprir o prazo máximo fixado no CONTRATO de duração das fases contratuais independentemente da concordância do PODER CONCEDENTE com eventual prorrogação, em razão da ocorrência de evento de risco ou responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, ou descumprimento contratual desta, ainda que concomitantemente à ocorrência do evento de risco	IV	E	Por infração

	ou responsabilidade do PODER CONCEDENTE, ou descumprimento contratual deste.			
145	Deixar de assinar o TERMO DE TRANSFERÊNCIA no prazo fixado no CONTRATO.	IV	E	Por infração
146	Deixar de iniciar a operação após a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA.	IV	E	Por infração
7.5. Infrações relativas ao Descumprimento dos Indicadores de Desempenho previstos no ANEXO 3				
147	Recorrência quando for atribuída nota 0,0 para um determinado INDICADOR DE DESEMPENHO em 3 (três) meses sequenciais.	V	F	Por infração
148	Recorrência quando for atribuída nota 0,0 em um determinado INDICADOR DE DESEMPENHO por 6 (seis) meses, ainda que não consecutivos, durante os últimos 12 (doze) meses;	V	D	Por infração
149	Ocorrência em qualquer mês que for atribuída nota 0,0 a mais de 50% (cinquenta por cento) dos INDICADORES DE DESEMPENHO, em qualquer dos SERVIÇOS;	V	E	Por infração
150	Houver postergação do registro de falhas das ocorrências de qualquer natureza, comprometendo as apurações dos INDICADORES DE DESEMPENHO.	V	E	Por infração